

**Ampliar a mobilização pela isonomia, contra o arrocho e o desmonte da Universidade**

# **ASSEMBLEIA GERAL DECLARA ESTADO DE GREVE NA UNESP**

**A** Assembleia Geral da Adunesp realizada em 5/6/2019, discutiu e se posicionou sobre vários assuntos que dizem respeito à nossa Universidade tendo como foco principal a data-base de 2019, em que as negociações salariais foram interrompidas unilateralmente pelo Cruesp, com a imposição de 2,2% de reajuste para a USP e Unicamp, sendo que o reitor da Unesp repetiu a atitude do seu antecessor e declarou que os servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp não terão reajuste algum. Essa prática já havia sido adotada em 2016 pelo reitor Durigan, que não nos pagou o reajuste 3% concedido pelo Cruesp na época.

O reitor Sandro aumenta ainda mais a diferença salarial entre os docentes das três universidades: os da USP e os da Unicamp que, embora com reajustes muito abaixo da inflação, ainda assim terão uma remuneração 5,27% acima da nossa, o que configura um aprofundamento da quebra da isonomia.

Considerando ainda que, conforme estudos e simulações do Fórum das Seis, com base no crescimento da arrecadação do ICMS nos quatro primeiros meses de 2019 em relação ao mesmo período de 2018, apresentados ao Cruesp - e disponibilizados para a comunidade universitária por meio da **Cartilha do Fórum das Seis** recentemente publicizada - os índices reivindicados de 8% para a USP e Unicamp e de 11,24% para a Unesp são perfeitamente possíveis diante das projeções da arrecadação do ICMS neste ano de 2019. Para a Unesp, a concessão dos 11,24% implicaria num comprometimento da folha de 89,31% com salários e, portanto, menor do que aconteceu em 2018, que foi de 89,86% (<http://www.usp.br/codage/files/FECHAMENTO%20-%202018.pdf>).

Levando em conta que há real possibilidade de concessão do reajuste solicitado, como um primeiro passo para o estabelecimento de uma política de reposição das nossas perdas históricas, e da negativa do Cruesp de sequer melhorar a sua proposta, o Fórum das Seis havia indicado a deflagração de uma greve nas universidades paulistas, com o objetivo de pressionar os reitores pela reabertura das negociações. Após uma rodada de assembleias na Unesp, realizadas até esta data em Assis, Presidente Prudente, Marília, Araraquara, São Vicente, Ilha Solteira, Guaratinguetá e Rio Claro, apenas as duas últimas deliberam por aprovar o indicativo de greve, embora, em sua maioria, tenham aprovado o engajamento na greve geral marcada pelas centrais sindicais para o dia 14 de junho, acatando o indicativo do Fórum das Seis. Ainda ocorrerão assembleias em SJ do Rio Preto, Bauru e IA/São Paulo.

Dos relatos recebidos dessas assembleias também ficou bastante evidenciada a preocupação da comunidade com a quebra da isonomia patrocinada pelo reitor da Unesp que, ao não cumprir nem mesmo o pífio reajuste imposto pelo Cruesp, nos contemplou com mais um zero nesta data-base.

Diante dessas manifestações e da consciência de que é preciso concentrar nossas energias, mantendo-nos mobilizados e procurando formas de aumentar a pressão sobre o Cruesp, para que reabra as negociações, e sobre o reitor da Unesp, para que, pelo

menos, garanta uma situação salarial isonômica com a USP e a Unicamp; diante da necessidade de avançarmos na luta contra o desmonte da Unesp, promovido por uma gestão que nos submete a uma política de depreciação acelerada das nossas condições de trabalho e colocado sob sério risco o modelo de universidade que construímos até hoje; a Assembleia Geral deliberou manter a categoria docente em assembleia permanente. Também declarou estado de greve, com a finalidade de estimular debates nas subseções, nos *campi* em que foram eleitos representantes de base da Adunesp, e naqueles onde ainda não estamos organizados em torno do sindicato, de modo a que sejam estabelecidos cronogramas para discussão do modelo de Universidade que está sendo implementado pela atual reitoria, dando atenção especial para:

- a) depreciação continuada do nosso salário;
- b) a quebra da isonomia com a USP e Unicamp;
- c) a imposição sem discussão das reformas acadêmica e administrativa;
- d) a decisão, aprovada no CEPE, em contraposição ao Estatuto da Unesp (artigo 89), de priorizar as contratações em Regime de Turno Completo (RTP), em detrimento do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP);
- e) o Despacho 021/2019-CCG/SG, assinado pela Pró-Reitora de Graduação (*em anexo*) que solicita, em curto prazo (40 dias), que vários cursos apresentem “soluções” para seus problemas relacionados com evasão de estudantes e, com o preenchimento de menos de 90% das vagas no vestibular, entre outros, inclui a sugestão de ampliar a entrada única, “possibilitando ao aluno a formação em mais de um curso”, o que introduz mudanças na natureza e no caráter das nossas graduações. Propostas essas que podem estimular uma disputa fratricida se entre os *campi* que estão nessas condições.

Considerando que as questões listadas acima compõem um horizonte nefasto e que desenham uma trajetória autofágica para a Unesp, a Assembleia Geral deliberou também manter o indicativo de mobilizar a categoria para a construção de uma greve, por entender que precisamos barrar o processo de destruição da nossa Universidade, desencadeado por uma reitoria que tem envidado todos os seus esforços para transformá-la numa instituição de segunda classe, descomprometida com os princípios consagrados no artigo 2º do seu Estatuto, que temos mantido ao longo dos anos com a certeza de que estamos prestando um serviço relevante para o estado de São Paulo e para o país.

## **15 de junho: Plenária Estadual da Adunesp**

Todos estes temas serão novamente debatidos na Plenária Estadual da Adunesp agendada para 15 de junho, em São Paulo, que também abordará as eleições aos colegiados centrais deste ano. Aguarde mais detalhes.